



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 02/2025

(*Plenária Virtual*)

Aos vinte dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, virtualmente, via Plataforma Google Meet, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

**CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Ângela Bozzetto, **Pequena Casa da Criança**; Júlia Manhago, **Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI**; Vitória Chaves, **Parceiros Voluntários**; João Batista Machado da Rocha e Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom**; Francyne Rosa, **CEA**; Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**; e Carina de Lima Ferreira, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**.

**CONSELHEIROS DO GOVERNO:**

Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

**FALTAS JUSTIFICADAS:**

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**.

**DEMAIS PRESENTES:**

Lucas Brizola, **CT**; Luciana Tietbohl, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquígrafia**.

**PAUTA:**

**1. Abertura;**

30 **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**  
31 **Comissão de Finanças;**

32 **3. Informes.**

33 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

34 **1. ABERTURA;**

35 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
36 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Vamos iniciar a nossa plenária de hoje. Então,  
37 boa tarde. Só antes da gente passar ali, hoje eu tive, ontem, hoje estou tendo reunião direto ali  
38 com a comissão em que foi tirado para trabalhar sobre a extinção da FASC. Então, nós  
39 estamos com o CMAS, com o Fórum, com o CMDCA, com vários órgãos ali, trabalhando os  
40 textos para a emenda, emenda que a princípio, ao projeto do governo, vai ser reapresentado  
41 amanhã para ser votado. E aí, até amanhã então, a gente tem que apresentar algumas emendas  
42 de o que é interesse ou não de constar no projeto da extinção da FASC e da criação da  
43 secretaria. Agora, às 17 horas, nós vamos ter, então, uma reunião com o André Coronel, para  
44 apresentar essas propostas. E a intenção, está sendo puxada pelos vereadores da oposição. E a  
45 intenção é de que seja de consenso com o governo as emendas. Então, acho que é mais uma  
46 forma de negociação, vamos dizer assim. Então, acho que seria mais ou menos essa a linha. O  
47 que foi tirado, então, de que não pode faltar nestes textos da lei? Assim, tinha dez mil coisas,  
48 mas foi tentativa de priorizar três. Então, foi tentativa de priorizar, foi a continuação... Deixa  
49 eu só pegar aqui para não falar errado, mas é a continuação do conselho, do CMAS, ali dentro  
50 da secretaria. Ah, é o CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social, vinculados à nova  
51 secretaria gestora da política de assistência social. A criação da nova secretaria deve ser  
52 conduzida de acordo com os princípios e normas estabelecidos pela LOAS, e pelo SUAS, e  
53 por outras legislações pertinentes, como a 3.019, a 14.133, e a rede socioassistencial, está  
54 vinculada também à nova secretaria. Então, foram essas três questões em que foram tiradas  
55 para poder ser levado para fazer emendas, além das todas as emendas em que já estão nesta  
56 proposta de lei. E até vou dizer para vocês, está um pouco difícil de acompanhar tanta emenda  
57 que tem. Tá assim, está uma colcha de retalho. E a gente já está, assim, muito preocupado, na  
58 verdade, do que vai sair. E aí é uma questão um pouco mais delicada também, assim. Mas aí,  
59 então, hoje, a gente vai estar levando esses temas e tentando ver o que a gente consegue sair  
60 dali, mais uma negociação com o governo. João e Carlos. **João Batista Machado da Rocha,**  
61 **Fundação O Pão dos Pobres:** Carol, eu participei da audiência, acho que muitos aqui

62 participaram, eu vi o Carlos lá, enfim, assim por diante. Eu acho que, de fato, é muita coisa,  
63 muita fala, muitas propostas, muitas inserções. Eu prestei muita atenção em todas as falas e  
64 muito do Gustavo ali e da Camila, Camila representando o FAI. A gente tem feito pelo FAI ali,  
65 não é pressão, mas uma incisão muito forte, porque em algum momento, enquanto FAI, a  
66 gente não está se sentindo representado pelo fórum de entidades. E falo isso já não é de agora,  
67 de um bom tempo. Até porque é um número menor de instituições, por mais que a gente esteja  
68 também dentro de um contexto amplo, quando eu digo nesse sentido, porque eu acredito que  
69 nós, enquanto organização social, e daí eu acho que há muitos interesses. E o meu interesse é  
70 nas organizações sociais. Eu sei que o SIMPA está envolvido, o FONTAS e assim por diante,  
71 mas é a manutenção dos termos de parceria, sobretudo dos editais, e também, que seja feito  
72 um calendário, até para garantir a execução dos serviços que são parecerizados pela FASC, um  
73 edital, sei lá, do primeiro semestre de 2025, onde garanta que as instituições que estejam  
74 executando serviços hoje possam participar dos editais dentro também de uma readequação  
75 financeira. Isso que a gente vinha pautando muito pelo FAI, porque quando eu falo ali nesse  
76 sentido, ao longo desses últimos anos, participamos de diversas reuniões ali com o governo,  
77 insistindo nessa readequação financeira em relação ao acolhimento. Tanto que a gente vem  
78 falando aqui também nas próprias plenárias do CMDCA, e às vezes me parece que, diante de  
79 tantas demandas, a gente se vê perdido um pouco nesse sentido, porque eu acho que, em  
80 algum momento, e daí eu quero ser muito respeitoso na minha fala, mas quero defender isso.  
81 Eu defendo que o serviço público, ele tem que ser feito na parceria das instituições, das  
82 organizações sociais com servidores. Algumas pautas, sobretudo ali, na oposição, defendem  
83 muito que o serviço público tem que ser executado só pelo servidor público, e o SIMPA vem  
84 muito nessa batida. E aí eu acho que a gente também tem que se posicionar de uma forma  
85 muito firme. É certo que este governo não vai fazer novos concursos, talvez nem chame esses  
86 concursados. Uma das pautas lá da audiência era muito isso, chamar os concursados que  
87 passaram, assim por diante, porque em algum momento me parece que a gente fica meio que  
88 alheio a essas questões. E quero reforçar isso, das organizações sociais, da execução do  
89 serviço público por meio da parceria com as organizações sociais, aí demonstrar com muita  
90 transparência, mas também muito respeitoso o nosso interesse enquanto organizações sociais.

91 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
92 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** OK. Concordo plenamente, João. Carlos.  
93 **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:**

94 As minhas sugestões aí para o grupo que vai se encontrar com o Coronel André, à tarde, eu já  
95 coloquei antecipadamente no grupo de WhatsApp ali, Carol, para não haver dúvida. E aí vai na  
96 linha do que o João Rocha comentou, só que eu gostaria de dizer, que vocês desenhassem isso,  
97 porque falar o que o João Rocha falou, eu acho que não mostra o que a sociedade civil  
98 necessita. Aquele setor de gestão dos convênios ou das parcerias, análise e prestação de contas  
99 mensal, ela tem que ser adequada ao que o terceiro setor necessita. Tipo que acontece com a  
100 Smed, tu aprova em janeiro o orçamento do ano, e tu tem todos os recursos o ano inteiro  
101 disponíveis, nada atrasa e isso é desde lá de 2005 para cá. Impossível que tu não consiga fazer  
102 isso, talvez não conseguisse porque era FASC, fundação, mas então vai virar secretaria, então  
103 que faça agora que nem a Smed faz igual, e aí faz bem. CRAS e CREAS sintonizados com as  
104 organizações e as redes, e não questionadores das parcerias, rotulando terceirizações, porque  
105 isso desanima, desestimula as redes. As redes são 85% o terceiro setor, e isso começou em 97,  
106 97 era governo Raul Pont. Não foi o Fogaça que começou, então o terceiro setor é passado,  
107 presente e futuro. Não tem como a gente querer falar outra coisa, porque isso é bom, é bom, é  
108 bom para a cidade. Recursos orçamentários, buscar a garantia de reposição financeira às  
109 parcerias. Eu não vi no documento, e não vi ninguém falar até agora, mas nos bastidores,  
110 vários colegas de organizações sociais dizem, “não tem reajuste há anos, não tem reposição  
111 adequada, o valor da parceria insuficiente”. Ou tu bota no documento, ou então a gente não  
112 fala mais, porque se está bom o valor do repasse, eu acho que tem que botar ali no documento.  
113 O Ação Rua, ele tem que ser qualificado com trabalho e os valores das parcerias. Ele veio para  
114 resolver em 2007 e depois ele foi amplamente fracionado, fragmentado, e ele não é mais aquilo  
115 que a gente precisa, então ele tem que ser qualificado e tem que estar territorializado em todos  
116 os territórios. Eu não vi também ninguém falar sobre isso nem no documento nem nas  
117 reuniões. Aquela parte do prédio da FASC... Cara, aquele prédio está caindo aos pedaços há  
118 uma década. Defender aquele prédio, não sei porque que botaram naquele documento também.  
119 Eu sou FASC de origem, eu já trabalhei na André da Rocha, na Bento Gonçalves, não é um  
120 prédio que faz a qualidade do serviço, é sim a gestão eficiente dos trabalhadores e do serviço,  
121 que é o que está faltando. A justificativa crítica, que eu vejo muito falarem no documento e  
122 também naquela audiência online, criticando que vai haver redução de custos. Eu pesquisei  
123 alguns organogramas de secretaria de assistência social e comparei com o organograma da  
124 FASC atual, e realmente, assim, se vocês puderem olhar organogramas de secretarias de  
125 assistência baseado no SUAS, reduz, reduz o número de setores da secretaria. Vou pegar só

126 da área financeira. A FASC que tem uma diretoria financeira, que são dois colegas, depois tem  
127 uma coordenação cofinanceira, que é o Cominfo, depois tem o Info, depois tem o terceiro  
128 Info, são cinco setores para uma mesma coisa. Então, vai sim reduzir e vai enxugar, eu acho  
129 que é uma questão de pesquisa para entender o que se fala em secretaria de assistência. Esses  
130 acolhimentos que o João falou ali, eu ainda estou com aquela plenária que a Loiva foi aí no  
131 CMDCA, na SMDS, e ela explicitou, são os acolhimentos impositivos do judiciário que  
132 incham o acolhimento de Porto Alegre há anos. Vocês lembram disso, né? Então, assim, essa  
133 secretaria nova, ela vai saber enfrentar isso? Ou acolhimento vai cada vez mais crescer na  
134 cidade e vai ser a primeira medida de proteção e inclusão da área da assistência? E era isso que  
135 eu queria dizer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
136 **da Cruz – Caimc (Topogigio):** Deixa eu só ver quem é aqui, a Ângela, depois a Rose. Eu só  
137 queria colocar uma coisa antes. Nós colocamos desde lá da audiência pública, a necessidade de  
138 sermos ouvidos e também a necessidade da gente poder, então, fazer uma transição pensando  
139 no todo da secretaria/fundação ou fundação/secretaria. Isso foi rechaçado completamente, não  
140 vai ter negociação pela prefeitura. Então, eles não aceitaram de jeito nenhum. Então,  
141 praticamente todas as questões em que o João trouxe ou que tu está trazendo, Carlos, é a  
142 forma prática de execução da secretaria, é o fazer, é o dia a dia, praticamente. E isso, pelo que  
143 está na lei ali ou no projeto de lei, vai ser feito através de um decreto pelo prefeito. E nisso,  
144 nós não vamos ter condições de quase opinar. Esse é um problema que a gente não está  
145 conseguindo chegar nisso aí também. Tanto é que hoje a gente ia fazer mais uma emenda de  
146 poder ter um GT de transição, não sei o que, para poder construir e foi tirado da proposta  
147 porque o governo falou, pela boca de todos os vereadores da situação, de que não vai ser  
148 aceito. Então, se não vai ser aceito, aí a gente pensou, “então vamos para outros lados para a  
149 gente pensar o que dá para fazer, vamos manter então o conselho para a gente manter”. É uma  
150 coisa lógica, é lei, mas vamos colocar ali novamente o conselho, vamos colocar novamente o  
151 fundo, para que a gente possa ter este olhar um pouco maior ali na frente. É muito complicado  
152 isso, bem complicado mesmo, porque o certo, vamos dizer assim, é a gente poder sentar e  
153 construir, porque quem está vendo a necessidade maior é quem executa, que somos nós,  
154 instituições, e os funcionários que também estão ali na ponta. Então, se a gente sabe o que está  
155 tendo de problema, seria o ideal a gente ser mais ouvido ainda. Mas OK, Ângela e Rose.  
156 **Ângela Bozzetto, Pequena Casa da Criança:** Eu queria pontuar três questões. A primeira  
157 era exatamente isso que a Carol falou. São duas fases dessa mudança. A primeira é a PL 01,

158 que é essa PL que extingue a FASC e a PL 02, que cria a nova secretaria. O objetivo disso, a  
159 gente foi na reunião com o André Coronel, e ele colocou, e a própria procuradora colocou, o  
160 grande objetivo dessa legislação é simples, extingue FASC e cria secretaria, e não vai ser uma  
161 legislação que vai falar sobre a estrutura da nova secretaria, recurso nova secretaria, contrato.  
162 Ele não vai falar, ele não vai regulamentar essa secretaria. O que regulamenta essa secretaria é  
163 o que está no artigo 4º ali da PL 01, que é um ato do prefeito, vulgo um decreto. Então, essa é  
164 uma das questões, a gente foi colocando várias coisas que a gente queria. A grande resposta é:  
165 "Bom, mas não é aqui que tem que entrar o que vocês querem, aqui é só para extinguir a  
166 FASC e criar a secretaria. Em resumo é isso". Então, o que a gente quis fazer? A gente quis  
167 botar uma emenda dizendo que nós participaríamos, inclusive enquanto Fórum, enquanto  
168 CMDCA, da escrita desse decreto. Isso, como a Carol falou ali, foi completamente negado. Do  
169 tipo, a gente não vai participar, eles vão estruturar, eles vão regulamentar essa secretaria por  
170 ato, por decreto do prefeito, escrito pelo prefeito, ponto final. Então, isso é uma coisa  
171 importante, assim, de se entender o que é o PL, o que é o decreto. Essa questão do sem  
172 negociação, eu acho que está, o André Coronel ele recebe, ele recebeu o Fórum, ele recebeu o  
173 conselho, ele recebeu esse GT aqui que estamos fazendo, mas mais no sentido de: "Vamos  
174 ouvir o que vocês querem, e eu vou explicar o que a gente está tentando fazer". Então, não  
175 parece ter esse espaço para essas negociações e a gente colocar as reivindicações. E o terceiro  
176 ponto é um pouco refletindo sobre o que o João Rocha coloca, assim. Foi criado um GT  
177 reunindo atores muito diferentes. Que é Conselho e Fórum, que é bem entidades, mas tem  
178 CMDCA, tem Fórum dos Trabalhadores da Assistência, que é um outro lado. Por que foi  
179 criado esse, esse GT? Porque a gente tem uma coisa em comum só. A gente quer participar da  
180 transição. O problema é que como vai ser essa transição, cada um tem um olhar muito  
181 diferente. O SIMPA estava na reunião que nós fomos, foi bem complicado. E o SIMPA, assim,  
182 em outras palavras falou: "Bom, vamos acabar com essa parceria, tem que chamar concursado  
183 mesmo". E aí, o André Coronel pegou a palavra e ele falou: "Olha, esta prefeitura acredita nas  
184 parcerias, acredita no trabalho das parcerias, e vai ter parceria." Mas então, é importante a  
185 gente entender isso. A gente está num GT em conjunto, para pressionar para participarmos do  
186 processo de transição, mas nós queremos que essa transição se dê de uma forma muito  
187 diferente. E aí, agora talvez, a gente tenha que voltar e pensar até que ponto faz sentido a  
188 gente estar discutindo em conjunto, não sei. Talvez tenha que dar um passo atrás, me fez  
189 pensar muito isso que o João está colocando, 85% dos serviços são feitos por parceirizadas.

190 Nós somos parceirizadas, a gente acredita no nosso saber técnico, nas nossas condições. É  
191 mais econômico sim, então a gente também daqui a pouco tem que pensar, bom, se a gente  
192 não vai ter negociação nenhuma, de repente a gente separa do GT, não sei. É passível a gente  
193 discutir isso. Então queria colocar essas, essas questões, essas ponderações. E, ah, só para  
194 finalizar, até cada um diz uma coisa, até agora eu tinha entendido que não cabia mais emenda  
195 porque eles iam votar em bloco, porque as comissões todas tinham aprovado. Agora vem essa  
196 questão de emenda, então eu nem sei mais se cabe mesmo emenda. Então, se alguém entender  
197 melhor sobre essa questão, e puder me explicar se cabe emenda ainda, se não cabe, se as  
198 comissões aprovaram, se não aprovaram, enfim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
199 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
200 **CMDCA:** Só para te colocar, Ângela, não vai ser votado em bloco porque tem muitas  
201 emendas, e a questão é que a ideia da oposição é de que possam unificar as emendas, para daí  
202 ter um consenso de oposição, contra e favorável ao governo. Porque daí se torna mais  
203 tranquila a votação, vamos dizer assim. Então, está se tendo negociação... Se não me engano,  
204 é amanhã à tarde! Então, até amanhã à tarde, às 2 horas vai estar negociação para tudo que é  
205 lado ainda. Mas só para saber, assim, da loucura que está. Rose e depois João. **Rose Ceroni**  
206 **Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de**  
207 **Porto Alegre – Asafom:** Não, é quando eu ia pegar o gancho ali da fala do Carlos Simões,  
208 que desde que a gente tem parceria com a fundação, a parte da assistência social nunca teve  
209 orçamento fixo, Carlos. Então, por isso que a gente sempre corre atrás. E em toda a nossa  
210 pauta, antes de chegar a esse GT, com a prefeitura, era também discutir o orçamento dessa  
211 secretaria, porque a gente sabe que a SMDS foi implantada na época com boa parte do  
212 recursos da fundação, daí é a história do cobertor curto, que eu tiro de um lado e não cubro o  
213 outro. Então, isso a gente trouxe, a Carol está aí junto. Num sábado nós trouxemos toda essa  
214 pauta, e também a posição de ter uma secretaria com orçamento próprio. Tem a questão do  
215 próprio Ministério de Desenvolvimento Social, que indica que tenha uma secretaria, isso não é  
216 discussão de agora, isso é uma discussão de muitas gestões passadas que nos diziam: “ah, se a  
217 prefeitura entrar no CADIM”... Também a população cresceu no município. Então, a gente  
218 trouxe todo esse diagnóstico enquanto Fórum, e também porque somos OSCs parceirizadas e  
219 executamos essa política. Temos o CNEA, temos todos os cadastros a nível nacional, que  
220 também nos amparam nessa relação. E em nenhum momento eu entendi, assim, que as  
221 organizações que também iniciaram fazendo essa discussão, que foi na nossa plenária do

222 Fórum, estariam contra a execução, a implantação dessa secretaria, o que coube ali, que nós  
223 pedimos muito também, que conversasse com as parcerias, porque hoje a gente chega lá na  
224 FASC, o andar X, Y, Z não conversa com o andar XY. Então, a gente gostaria muito que  
225 tivesse sim, um departamento que cuidasse da linguagem única, porque nós somos executores,  
226 os servidores são gestores e nós somos executores da política. Então, teriam que escutar quem  
227 executa essa política pública. Então, é isso que eu gostaria de trazer, tanto que o Fórum chama  
228 as organizações da sociedade civil, porque nós não tomamos decisões sozinhos. Não são os  
229 oito aqui que participam da coordenação que tomam as decisões, a gente vai sempre para o  
230 coletivo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
231 **Cruz – Caimc (Topogigio):** Rose, não sei se é para mim só, mas está cortando bastante. **Rose**  
232 **Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do**  
233 **Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** A gente sabe que as instituições executam vários  
234 serviços, nós temos vários problemas, não digo em relação ao nosso Conselho e sindicato. Aí a  
235 gente tem interesses diferentes, que é da política pública da assistência social, onde entram  
236 todos os segmentos. Está horrível aqui (internet). **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
237 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
238 **CMDCA:** Está bem ruim o sinal. Se tu talvez fechar a câmera, aí acho que só o áudio, talvez  
239 fique melhor. Quer continuar falando? Vamos tentar? **Rose Ceroni Canabarro, Associação**  
240 **de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:**  
241 Eu vou ouvir o João. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** É  
242 bem isso que a Ângela e agora a Rose também traduziram. Acho que há muitos interesses, e  
243 em momento algum eu sou contra os servidores, bem antes pelo contrário. Acho que a gente  
244 faz um trabalho em conjunto, tem muitos servidores que trabalham em conjunto com as  
245 organizações, mas como a Ângela bem colocou, a pauta do SIMPA é essa mesma, é de ir  
246 contra as organizações em um momento, e fortalecer justamente essa questão de oposição ao  
247 governo. E me parece que o CMAS hoje está muito alinhado com o SIMPA. Então, é uma  
248 pauta que também se transformou numa pauta política de oposição ao governo. E eu acho que  
249 isso a gente tem que ter esse cuidado enquanto organizações. Nas primeiras reuniões, eu  
250 lembro que a própria Ângela, ali do CMAS, falava isso: "Ah, o governo não nos escuta, mas  
251 escuta vocês, Fórum de Entidades, escuta as organizações". Então a gente tem uma força até  
252 por fazer um trabalho de excelência, reconhecido pelos órgãos de controle, e não só os  
253 Conselhos, MP, judiciário, assim por diante. Então, em momento algum eu sou contra o

254 servidor, mas também não gostaria de ser massa de manobra para o SIMPA. Então, eu  
255 acredito que a gente tem que estar acho que na frente de negociação, de discussão como  
256 sempre tivemos, mas com uma posição muito firme e tendo esse cuidado, que eu acredito que  
257 sim, Carol, tu estás tendo, o próprio Lino, a Rose, a Ângela acho que nos representa super  
258 bem também nesse sentido. Mas só fica acho que esse pensamento, de que maneira a gente  
259 desenrola essa situação sem lá na ponta a gente ser prejudicado tanto de um lado quanto de  
260 outro. Porque eu tenho conversado com muitos vereadores ali de posição, de situação, melhor  
261 dizendo, e essa pauta vai ser aprovada amanhã, precisa de 19 votos. Já está certo que vai ser  
262 aprovado. Agora, o que não pode a gente criar um impasse, e depois a gente também fechar as  
263 portas para as negociações futuras, que é uma questão extremamente necessária essa questão  
264 da readequação financeira dos serviços, uma readequação de gestão, porque a gente percebe,  
265 por mais esforço que a FASC tenha feito, há um processo muito truncado. E é aquilo que o  
266 Simões trazia, de muita importância, que talvez, e essa é a minha esperança, que uma secretaria  
267 seja mais ágil. Por exemplo, os planos de trabalho, quando a gente faz o plano de trabalho e  
268 tem que remeter para a FASC, que fica ali 30, 45 dias, 60 dias para aprovar para análise, talvez  
269 sejam poucos servidores. Aí eu acho que teria que ter mais servidores, de fato. Mas isso  
270 inviabiliza, muitas vezes, os serviços e vai criando, eu acho, que uns nós, às vezes, muito  
271 difíceis. Então, eu só alerta isso, porque quando a gente fala do CMAS, e o CMAS é  
272 extremamente importante, e eu não sei se pela organização da constituição do CMAS, que é  
273 muito diferente aqui do CMDCA, em algum momento a gente não consegue se sentir, como eu  
274 disse antes ali, quando eu falava do FAI, eu não quis falar do fórum, quis falar do CMAS, da  
275 gente não se sentir representado pelo CMAS, um pouco isso, porque me parece que, às vezes,  
276 o CMAS está indo contra as organizações sociais. São poucas organizações, há pouca  
277 representação, de fato, de quem executa a política hoje lá no CMAS. Eu sei que a do Ilê  
278 Mulher ali, a Iara, está representando, a Iara fez aquela manifestação da outra vez aqui da  
279 reunião, acho que a gente precisa, em algum momento, fazer essa aproximação a mais e  
280 fortalecer também o CMAS, mas não da forma como está, porque também me surpreende, a  
281 Ângela é servidora e ela está pelo Fontas. É uma dúvida que eu tenho, ela não tem carga  
282 horária plena lá no CMAS, porque ela é uma servidora, representa uma organização da  
283 sociedade civil, se a cada movimento a presidência tem que alterar. Então, é um  
284 questionamento que eu faço, provavelmente ela tem a resposta, mas eu trago isso só para a  
285 gente não criar, digamos, uma mesma situação e lá pelas tantas lá na frente, a gente seja

286 recebido pelo governo assim: "Ah, mas vocês estavam do lado do Simpa, agora estão aqui  
287 passando o chapéu de novo". E aí a gente vai receber um "não". E eu acho que não é essa  
288 forma de diálogo. A gente tem que ter um diálogo de não ser oposição ao governo, até porque  
289 foi eleito democraticamente, tanto é que antes também nós conversávamos com a oposição  
290 nesse aspecto. Então, eu digo só para a gente ter essa clareza enquanto organizações sociais.

291 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
292 **Caimc (Topogigio):** Eu acho que principalmente a palavra também é "cuidado", ter cuidado  
293 para a gente não estar sendo usado também e a gente poder fazer uma representação, acho  
294 que, digna do que a gente sempre trabalhou. Só uma questão que eu queria colocar, que eu  
295 esqueci agora... Mas, esqueci completamente, mas era mais ou menos nessa linha da gente  
296 poder ter os assuntos da continuidade, é isso que eu ia falar, da continuidade da negociação ali,  
297 da gente poder deixar a fala hoje nas reuniões e amanhã, na verdade dessa sequência de  
298 reuniões em que a gente vai ter que fazer. E aí isso, bem como tu fala ali, de que eu questionei  
299 até o próprio CMAS. Assim, "Ah, porque ninguém nos atende no governo", eu disse, "Mas  
300 como? Nos atendem!. É estranho não atenderem vocês. Como não atender? Por que não  
301 atender?" Mas eu acho que isso... Ah, tá, me lembrei também de uma outra questão que eu ia  
302 falar, é a questão de que para nós, eu penso, de que para nós independe se é secretaria ou se é  
303 fundação. O que nós queremos é que o serviço de assistência social ou a assistência social, seja  
304 executado e bem executado. Então, acho que é isso, para nós independem essas questões. A  
305 gente quer é que a assistência social seja melhor, realmente está com várias lacunas agora que  
306 a gente tinha que estar trabalhando e se dedicando mais nisso, mas, ok, não é nesse momento?  
307 Ok, vamos trabalhar ali na frente então, de uma outra forma, mas a gente vai ter que sentar e  
308 rever isso aí. Posso passar para outro assunto? Queria ver se o Conselheiro Lucas tem alguma  
309 pauta para nós hoje, se gostaria de se manifestar com alguma questão, senão a gente também  
310 pode passar para um outro ponto ali também. **Lucas Brizola, Conselho Tutelar:** Oi, Carol.  
311 Então, hoje é a primeira participação minha aqui na reunião, estou mais como ouvinte, só que  
312 eu gostaria de trazer que o meu colega, o Jorge, não sei se foi hoje que tinha uma pauta da  
313 prestação de contas do Conselho Tutelar. Ele ficou de trazer talvez, ele me disse isso, pediu  
314 para que seja colocada em pauta na próxima reunião. Então, na próxima ele traz a prestação de  
315 contas. Eu acho que só retomando um pouquinho o assunto, fazendo minha colocação em  
316 relação à FASC. O Conselho Tutelar, a gente atua mais ou menos da mesma forma, ainda que  
317 sejamos 50 conselheiros, cada um com a sua ideologia, enfim, a gente sempre pensa no melhor

318 interesse do órgão Conselho Tutelar. A gente tenta transformar o Conselho, isso é um acordo  
319 entre todos os conselheiros, num espaço partidário, que eu acho que é o que está se propondo  
320 aqui também, visando sempre o melhor interesse do órgão, mas principalmente o melhor  
321 interesse da criança e do adolescente. Quando a gente coloca ou pontua a diferença entre  
322 fundação e secretaria, a gente sabe que objetivamente existe, sim, diferenças. Mas, como o  
323 João bem colocou, o governo, ele foi eleito democraticamente, a gente tem que entender e  
324 concordar, eles estão visando, dentro da perspectiva de governo, atender a assistência da  
325 melhor forma. O CMDCA, eu não sei, como eu estou chegando agora ainda não sei, então vou  
326 procurar me informar melhor, mas eu queria saber do Carlos se ele tem a informação de  
327 quanto de recurso tinha na FASC destinado especificamente para a área da criança e  
328 adolescente e se a nova secretaria tem alguma ideia em relação a isso, já que ele pesquisou nos  
329 organogramas. Só para que eu possa levar essa informação posterior ao Conselho ou que se  
330 traga numa próxima reunião, se puder colocar na pauta. Só para a gente ter uma ideia, porque  
331 com a FASC a gente nunca teve um entendimento, inclusive tivemos dificuldade de saber qual  
332 que era o recurso que tinha destinado específico para a parte da criança e do adolescente.  
333 Então, se existe no projeto de lei da secretaria, ou nas conversas enquanto governo, se vai ter  
334 algum recurso específico para criança e adolescente? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
335 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Carlos, tu tem essa  
336 informação? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**  
337 **SMGOV:** O orçamento criança e adolescente, em 2017, quando o Marchezan Júnior assumiu,  
338 ele disse que aquilo não tinha valor e significado nenhum para a prefeitura. E aí a gente não  
339 realizou mais aquela busca. A gente fazia por causa da Fundação Abrinq, de São Paulo, que  
340 convidava as prefeituras do Brasil. E aí quando ele entrou, ele decidiu que aquilo não tinha  
341 sentido, não tinha significado nem valor para a prefeitura, e aí ele rompeu e de lá para cá não  
342 foi feito mais. Mas ali, como vocês podem ver na tela agora ali, que a Iris está projetando, essa  
343 aí são os arquivos das informações do diagnóstico da criança e adolescente, que a gente  
344 começou a fazer em novembro do ano passado, Lucas. O Conselho então está elaborando um  
345 diagnóstico da política da criança e adolescente na cidade. E a gente começou a fazer então  
346 pedidos para a Secretaria da Educação, para a Fundação de Assistência Social, para a  
347 Secretaria da Saúde, para todos os órgãos, tá? Então assim, a gente já está com o das redes  
348 também, com o das secretarias. Nós temos dois obstáculos aí para concluir. Que bom que tu  
349 falou agora que na próxima reunião vão vir colegas do Conselho para apresentar a prestação

350 de contas do Conselho Tutelar. Se puder, Iris, tu abre ali um dos arquivos do Prestação de  
351 Contas do Conselho Tutelar ali, ó. Ali embaixo tem a 2023 e tem a 2024. Nessas duas  
352 prestações de contas anteriores, Lucas, aparece só o número de atendimentos presenciais,  
353 virtual e os encaminhamentos ali, o número de encaminhamentos, mas não aparece a tipologia.  
354 Então, nós não temos o número de situações de trabalho infantil, de situação de rua, de evasão  
355 escolar, de exploração sexual, de abuso sexual. Não temos nenhuma informação das dimensões  
356 das violações e nem os territórios, ficou só com a informação aquela básica, que são 1.500  
357 acessos virtuais, 1000 e poucos acessos presenciais de cada uma das microrregiões, né? Das 10  
358 microrregiões do CT. Então, isso aí é uma coisa a ser reconquistada e o CRAI também. O  
359 CRAI do HPS, ele nos mandou o relatório 2023/2024, o número é o dobro dos 10 anos  
360 anteriores. Todos os anos até 2022, nós tínhamos 1500 abusos em Porto Alegre, em  
361 2023/2024 foi a 2.970, dobrou, mas também não temos assim quais são os territórios dessas  
362 violações. Então, aí vocês podem ver a prestação de contas do CT 2023, tem o número de  
363 cada micro, mas não tem a tipologia. Então, se o Conselho para este ano conseguir apresentar  
364 para nós quais são os tipos de violações por território e o número delas, nos ajuda a concluir o  
365 diagnóstico mais rapidamente e a gente poder, então, apresentar no Conselho essa tarefa que  
366 nos passaram aí. Estou eu, a Luciane e a Carol fazendo esse trabalho desde novembro do ano  
367 passado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
368 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Lucas. Lucas Brizola, Conselho**  
369 **Tutelar:** Oi. Então, em relação à prestação de contas do Conselho, esse material que tu  
370 colocas. Eu sou Conselheiro Tutelar desde 2016, nós já tivemos acho que duas ou três formas  
371 de prestação de contas. Atualmente a unidade de apoio, que é o ACT, ela tem tentado  
372 construir um fluxo para elaborar a melhor forma da prestação de contas. Esse foi o fluxo que o  
373 setor administrativo do Conselho Tutelar conseguiu elaborar em 2024. Eu, particularmente,  
374 não sei te dizer se existe algo mais específico do que isso, porque não existe um procedimento  
375 administrativo para todas as microrregiões. Cada microrregião atua administrativamente de  
376 uma forma, faz o registro e o cadastro de uma forma. A Adriana, como o Carlos bem sabe,  
377 porque ele vai comentar isso, está tentando construir esse fluxo administrativo, já iniciou junto  
378 aos, aos conselhos tutelares e junto com o setor administrativo, os servidores ali dos  
379 Conselhos, e posteriormente vai trabalhar isso também conosco, com os conselheiros, para que  
380 a gente possa. Ainda, hoje mesmo, a gente teve uma capacitação do SIPIA. Eu acredito que o  
381 SIPIA também, a partir da implementação do SIPIA, a gente vai ter uma prestação de contas

382 muito mais fidedigna, para isso, acredito eu, que seja a implementação desse sistema. Mas  
383 realmente eu vou anotar, já anotei aqui, Carlos, e vou solicitar a nossa coordenação que, caso  
384 tenhamos dados mais precisos ali, mais específicos, para a gente poder trazer na próxima  
385 reunião. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**  
386 **SMGOV:** Lucas, pelo menos assim, ó, faz de conta, Microrregião 1 do Conselho Tutelar. Os  
387 cinco conselheiros, eles apresentam o relatório de 2024 para o coordenador, mas nesse  
388 relatório... Faz de conta, eu sou um conselheiro lá da microrregião 1, eu coloco lá: "Ah, eu  
389 atendi 282 pessoas, 82 foram famílias por evasão escolar, 100 foram situações de trabalho  
390 infantil e as demais todas foram violência intra-familiar". Se a gente tiver isso da microrregião  
391 1, desse conselheiro e depois dos outros quatro conselheiros, a gente consegue concluir o  
392 diagnóstico. E aí o CMDCA, que essa é a nossa ideia, ele pode debater entre o conjunto de  
393 conselheiros aqui presentes e também com o Conselho Tutelar presente e dizer o que precisa  
394 ser investido dos recursos do Funcriança para aquele território da microrregião 1, baseado no  
395 diagnóstico que foi apresentado pelas secretarias e pelo Conselho Tutelar da região. Sem isso,  
396 a gente fica naquela situação de repente não ser preciso naquilo que o território necessita. E  
397 como é a função do Conselho da Criança exercer o controle social, assim como o CMAS e os  
398 demais conselhos, é a partir desse diagnóstico que nós podemos comunicar as secretarias, o  
399 prefeito, o Ministério Público: "Essas são as violações e essas são as políticas necessárias". E  
400 aí a gente consegue cada um ajudar um pouco e apresentar uma melhoria, desde que haja  
401 investimentos também. **Lucas Brizola, Conselho Tutelar:** Claro. Não, eu concordo com isso,  
402 inclusive falo há muito tempo já em relação a sub-notificação do trabalho do Conselho Tutelar.  
403 A questão é realmente que nem tu falou ali, ó, conselheiro, a gente não consegue fazer, ou  
404 pelo menos não existe uma tabela ou algo que a gente faça esse registro. Quem faz o registro  
405 da notificação dos atendimentos telefônicos, presenciais, todos os outros, é o serviço  
406 administrativo do conselho, todos os conselhos têm uma parte, uma recepção, tem um  
407 administrativo, o estagiário. Então, essas são as pessoas que fazem esse procedimento de  
408 coletar os dados que a gente coloca nos documentos para poder depois vir a prestação de  
409 contas. Porque eu olhando os números aqui, eu posso afirmar são dados sub-notificados, com  
410 certeza. Nós trabalhamos, trabalhamos muito mais do que isso todos os anos. E por isso que a  
411 gente tem construído a melhor forma de elaborar a prestação de contas, porque por meio dos  
412 dados é o que a gente vai alcançar os recursos, isso é o que eu falo reiteradamente nas nossas  
413 reuniões. Não temos dúvida disso. Vou conversar com a nossa coordenação, ver como que a

414 gente pode melhorar, caso não tenhamos os dados mais precisos, prometo que para uma  
415 próxima a gente vai trazer da melhor forma para a gente poder, é isso, dados, traz o recurso,  
416 investimento na política e é o Conselho Tutelar que tem que trazer os dados das violações de  
417 direitos, com certeza. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
418 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Carlos, então eu  
419 queria aproveitar, passar para ti para te poder fazer uma explanação um pouquinho melhor  
420 sobre o diagnóstico, por favor. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de**  
421 **Governança Local – SMGOV:** Então, grupo, a gente já tem as informações da Smed, da  
422 FASC, que da Saúde, do Conselho Tutelar, das redes da cidade. O número do processo SEI  
423 está ali em cima, então, ele já está aí na SMDS à disposição também, assim como os processos  
424 de financeiros do fundo da criança. O conselheiro que quiser acessar aí as informações está  
425 disponível. O passo seguinte que a gente vai efetivar amanhã é uma reunião com o  
426 ObservaPOA, o Observatório aqui de Porto Alegre, onde a gente vai apresentar para eles essas  
427 informações, para eles começarem a fazer aquela materialização de uma revista, uma revista  
428 virtual, e depois se a gente tiver recursos, a gente faz a impressão também, e a busca dos  
429 detalhamentos desse diagnóstico. A ideia é que a gente tenha a cada dimensão, saúde,  
430 educação, assistência, conselho tutelar e tudo mais, a gente tenha ali, não é um artigo, mas  
431 uma manifestação conceitual sobre essas informações, situando as melhorias necessárias a  
432 serem efetivadas para, a seguir, a gente também poder, enquanto presidência do CMDCA e a  
433 executiva, sentar com o prefeito e os gestores destas pastas para fazer a reivindicação da  
434 melhoria orçamentária para garantir o aumento de vagas de educação infantil ou a ampliação  
435 de vagas de serviço de convivência naquele determinado território ou, conforme a avaliação, a  
436 prestação de contas do Conselho Tutelar, aumento ou melhoria nas campanhas de  
437 enfrentamento à evasão escolar, situação de rua e abuso sexual e aí vai. É que a gente possa  
438 dar o passo adiante agora com o apoio do ObservaPOA, a partir das informações que as  
439 secretarias e o Conselho nos encaminharam. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
440 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
441 **CMDCA:** Eu acho que é interessante depois, conselheiros todos, os demais conselheiros, a  
442 gente poder analisar e esmiuçar um pouquinho esses dados, porque vai dar base, na verdade,  
443 para que a gente possa ter um parâmetro para edital, para nossos projetos de instituições. E eu  
444 acho que a ideia depois é a gente poder divulgar isso também, Carlos, a gente divulgar mais  
445 esse relatório, esse diagnóstico, para que a gente possa realmente ter um parâmetro, vamos

446 dizer assim, um parâmetro daqui para a frente, que a gente sempre fala, “ai, vazio de  
447 atendimento”, “ai, precisa de serviços”. O que precisa e onde precisa? Acho que é essa a  
448 grande questão. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança**  
449 **Local – SMGOV:** Só antes da Rose falar, vocês escutaram bem o dado do CRAI, dobrou,  
450 saímos de 1500 ano para 2970 crianças e adolescentes abusadas em um ano. **Carolina**  
451 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
452 **(Topogigio):** Horrível. Rose. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum**  
453 **Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** Aproveitando os dados  
454 que o Carlos trouxe aí e também pela experiência aí do Carlos já ter passado pela FASC,  
455 enfim, é um servidor do município. O que pode se dizer de concreto em questão de recursos,  
456 Carlos? Hoje, a gente sempre teve um dado que tínhamos 11.000 crianças e adolescentes no  
457 SCFV, que 3.000 era recurso do governo federal e os demais era recurso do fundo municipal,  
458 que era do município de Porto Alegre. O que de fato vem do governo federal? Como que é  
459 avaliada essa questão? O município realmente tem de recurso investido, é verídico que 3.000  
460 vem do governo federal? Como é que é isso? E os demais recursos são do Município de Porto  
461 Alegre, para a gente poder entender também, dentro desse diagnóstico, o que é de  
462 investimento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
463 **Cruz – Caimc (Topogigio):** Só para colocar antes ali, Carlos, os 11.000, era 11.000  
464 atendimentos de serviço de convivência, tá? E aí esses 3.000, por isso que tem essa divisão ali.  
465 **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:**  
466 Eu posso falar, Rose e Carol, o grupo, pelos anos de 2005 a 2016, sempre batia a mesma cifra,  
467 1/4 do orçamento total da prefeitura era investido em atendimento de crianças e adolescentes.  
468 Exemplo agora, se o orçamento da prefeitura encaminhado para a Câmara, em abril do ano  
469 passado, foi de 11 bilhões, 1/4 desses 11 bilhões vai cair para atendimento de crianças e  
470 adolescentes, somando todas as áreas. A gente pode averiguar isso novamente por esse  
471 movimento, independente daquela Fundação Abrinq, se essa provocação é necessária, a gente  
472 faz para Smed, para FASC, para a Saúde, para a SMDS que tem o Conselho Tutelar  
473 vinculado, para somar os valores que são dedicados ao atendimento finalístico e não finalístico  
474 para área da infância, mas não deve fugir disso. O que a gente viu naqueles anos de 2005 a  
475 2016, foi que ele nunca é compatível às necessidades das redes também, por aquilo que o  
476 Conselheiro Lucas da Microrregião 8 colocou há pouco, que é essa existência da sub-  
477 notificação. Quantas crianças estão fora da educação infantil na cidade? Existem números

478 divergentes, uns falam 7.000, outros falam 4.000, outros falam 3.000. Quantas crianças estão  
479 fora? A gente tem que ter esse dado real para gente poder fazer o cálculo então do que falta na  
480 educação infantil. Turno inverso à escola, mesma coisa, quanto que falta para a gente efetivar  
481 que essa galera vai estar toda um turno na escola e o outro turno no serviço de convivência,  
482 porque a escola do tempo integral, ela é boa no discurso, mas na prática a gente sabe que é o  
483 turno inverso na escola com o terceiro setor que vem dando resultado positivo para que a  
484 gente não tenha as crianças nas ruas. E assim a gente vai. Então, a gente vai incluir aí, Rose,  
485 esse pedido financeiro de apresentação das três secretarias e também do Conselho Tutelar que  
486 está vinculado com a SMDS para gente ver então o valor desses quatro anos da gestão que  
487 começou, que serão investidos na área da infância e juventude. **Carolina Aguirre da Silva,**  
488 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**  
489 **do CMDCA:** É, eu acho que daí fica mais completo também, daí a gente consegue ter uma  
490 noção do que está sendo investido de recurso. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de**  
491 **Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** É,  
492 eu acho interessante, porque na educação integral a gente tem aí... Na Smed a gente tem a  
493 parceria da educação integral, porque a própria educação, ela tem que cumprir alguns  
494 indicadores para a integralização das escolas municipais. E a FASC, ela lida com todas as  
495 escolas, tanto estaduais como municipais, assim, em relação a dados. Então, quando se toca da  
496 Smed, a gente poderia ter esse número mais fidedigno, por quê? Porque a gente sabe quantas  
497 parcerias existem. Agora, o que toca do Estado, é isso que aí a FASC teria que dar conta, ou  
498 outros projetos que captam recurso e que atende criança e adolescente e a gente, o Conselho  
499 também não sabe. A Carol visitou algumas instituições que executavam serviços e que a gente  
500 nem sabia. Então acho que é importante esse diagnóstico ser um pouquinho ampliado, até para  
501 a gente saber, porque o que nos preocupa hoje, que não é a pauta, porque a criança ela vem  
502 junto com uma família, ela não é sozinha. Quando a gente fala “ah, na infância”, mas ela não é  
503 sozinha, é um número grande de moradores de rua que se tem hoje, então, que filtra esse dado,  
504 onde vem esse povo todo, como que isso inflacionou desse jeito, veio de outros municípios,  
505 isso são dados que a gente também precisaria saber, quando cadastra uma criança. O pai mora  
506 aqui, veio como, ou não veio, ou foi institucionalizado? Por que foi institucionalizado?  
507 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
508 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho bem isso, eu acho que está ficando  
509 cada vez melhor o diagnóstico e eu acho que vai criar mais corpo ainda com esses dados que

510 estão chegando também. Podemos ir para outro assunto? Então, o outro assunto... Frei, quer  
511 falar? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não,  
512 eu queria só dar uma colaboração do diagnóstico, que eu acho que a gente poderia fazer junto  
513 com os dados, não sei se a Secretaria da Saúde forneceu, eles têm um mapa da cidade pelo  
514 número de crianças de 0 a 18 anos, por território, para saber, por exemplo, dentro do  
515 cruzamento de dados que vão estar ali, não só quanto que se gasta com a saúde, mas ter uma  
516 ideia para gente poder medir. Eu vou dar um exemplo ali da nossa região, eu lembro que uns  
517 anos atrás num seminário que tivemos na rede, foi-nos apresentado o percentual de crianças de  
518 0 a 18 da região comparado com a média da cidade. Outro dia até a Sônia comentou que o  
519 Partenon, que manda para o Pinheiro, tem uma grande distorção em termos de índice a mais de  
520 crianças e adolescentes que os outros territórios da cidade pela configuração histórica. Isso  
521 seria legal. Por exemplo, há poucos dias saiu uma matéria na Zero Hora sobre os dois maiores  
522 bairros de Porto Alegre, que é a Restinga e a Lomba, eles são maiores que 90% dos  
523 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Quando a gente confronta, por exemplo, o  
524 tamanho da política da assistência social num território que nem a Lomba ou Restinga dos  
525 serviços, seria interessante se dar conta cruzando esses dados, número de crianças que nascem  
526 por ano e o tamanho dos serviços que a gente tem nesses territórios para gente poder fazer um  
527 diagnóstico assim mais preciso de quantos por cento da infância a gente está atendendo nesses  
528 territórios, quantos são público da assistência social ou do direito universal da educação, para  
529 poder fazer esse cruzamento de dados. Essa informação, acho que seria importante a gente ter,  
530 e eu acho que a saúde tem pelo que eu entendi da parte da Sônia. **Carolina Aguirre da Silva,**  
531 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**  
532 **do CMDCA:** Ok, Frei, eu acho que sim, acho que é importante também fazer este olhar,  
533 porque a gente precisa bater os dados, é bem isso. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de**  
534 **Saúde – SMS:** Então, Carol, eu estou em débito, é verdade. Né, Carlos? Tu me pediu várias  
535 vezes para inserir outros dados que não são os de violência e eu faço a mea-culpa, e o Frei tem  
536 razão. A gente tem alguns dados de vigilância e o SINASC, que é o Sistema de Nascimentos, e  
537 o SIM, que é o sistema de mortalidade, falam muito sobre os territórios, e fazendo recortes por  
538 idade, a gente pode fazer outras análises sobre violência, vulnerabilidade, pobreza, enfim.  
539 Então, eu me comprometo de fazer um compilado ali dos anos de 23 e 24 e colocar junto  
540 nesse diagnóstico, para que a gente consiga, de fato, olhar e até sinalizar locais que sejam de  
541 alguma forma prioritários, estratégicos para a gente tentar minimizar essas desigualdades

542 sociais que a gente vê na cidade. Eu acho que um bom indicador também é gravidez na  
543 adolescência. Porque eu já falei em outros momentos, o percentual de gravidez na  
544 adolescência, em Porto Alegre, ele é dos menores do país. A gente está com 8,5%, é muito  
545 pequeno. Tem países da Europa que é muito mais que isso. Mas a gente, se a gente olhar para  
546 os bairros, a gente vai ver que são sempre os mesmos bairros que têm 20%, 19%. Então,  
547 nesses bairros, eles são locais, bairros, enfim, mas ruas, territórios, são locais em que a gente  
548 pode pensar junto e apontar essas regiões como estratégicas para ter mais serviços, mais  
549 inserção desses adolescentes em contraturno, em locais de convivência, enfim, em tudo isso  
550 que a gente sempre tenta inserir a criança e o adolescente e as famílias para melhorar os  
551 indicadores de vida deles. Então, acho que são algumas informações que são de fácil acesso  
552 para a gente, que eu tenho acesso, que eu só preciso compilar isso num documento e colocar  
553 ali também, porque eles também nos dão essa dimensão de cuidado ou da falta dele. Só queria  
554 contribuir nesse sentido. **Ângela Bozzetto, Pequena Casa da Criança:** Desconhecido: É,  
555 Carlos, tu citou que vocês iam ter uma reunião ali com o ObservaPOA, ele tem, por exemplo,  
556 divisão por bairros em termos de população e porcentagem da população que está em cada  
557 bairro. Seria genial perguntar para eles não têm as informações do censo divididos por bairro  
558 de Porto Alegre. Se a gente tivesse como se fosse assim um *dashboard*, se a gente tivesse uma  
559 tabela com dados de modo que a gente pudesse ir fazendo os filtros e fazendo as análises. Algo  
560 como, a gente quer o banco de dados. Se a gente tivesse um banco de dados, a gente  
561 conseguiria fazer essas análises. Aí a gente conseguiria ver, como fala o Frei, em que bairros  
562 tem mais criança, em que bairro tem mais adolescentes, em que bairros moram mais pessoas  
563 nas mesmas casas, as perguntas mesmo do censo, mas dividido por bairros. Eu acho que eles  
564 têm acesso a isso, podia perguntar para eles, seria uma fonte maravilhosa assim de pesquisa.  
565 **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:**  
566 Isso aí a gente consegue pedir para eles fazerem. O que a gente não consegue é eles fazerem  
567 aquele detalhamento dos bastidores da Secretaria A, B, C, D, E ou do Conselho Tutelar se isso  
568 não foi nos passado antecipadamente para oferecer para eles. **Ângela Bozzetto, Pequena**  
569 **Casa da Criança:** Mas é que a gente teria, a gente teria as informações da cidade, aonde na  
570 cidade tem mais crianças, onde na cidade tem mais. **Carlos Fernando Simões Filho,**  
571 **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Isso sim, isso a gente consegue.  
572 Mas, por exemplo, assim, exemplo de trabalho infantil, tá? Eu sou membro da Compete, eu e a  
573 Andréia Brito Gilli, somos membros da Compete pelo Conselho da Criança e Adolescente, e a

574 gente está pedindo ali há meses: "Cadê os dados de trabalho infantil por território?". Não nos  
575 mostraram. Então, assim, só tem um número de cidade. Eu preciso saber por território. Aí tu  
576 pede para o Ação Rua, aí agora veio, está ali no processo SEI. Tu sabe a faixa etária e o  
577 número de abordagens de crianças e adolescentes por território. Aquilo ali já nos ajuda  
578 bastante. Então, a ideia é a gente ter todas essas informações detalhadas por faixa etária, por  
579 tipologia de violação de direitos, porque aí o Conselho, ele consegue elaborar uma chamada  
580 pública que vai dar conta de ter e vai gerar diferenças por território. Vai ter território que vai  
581 acabar recebendo maiores investimentos para enfrentar mais aquela tipologia de violação de  
582 direitos, e vai ter território que vai ter menos investimentos, e aí a gente consegue atingir  
583 aquilo que a Rochele Neves aí, da SMDS, vinha nos alertando já alguns meses nas agendas de  
584 debate com a procuradora Cristiane Catarina. Eu acho que agora a gente começa a chegar  
585 perto do que elas nos diziam nas reuniões e que a gente precisava ter como documentos que  
586 oferecessem subsídios esclarecedores para as chamadas do CMDCA. **Frei Luciano Elias**  
587 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu teria ainda uma  
588 consideração, talvez, onde a gente poderia ter um outro dado para cruzar, um dado de  
589 violência da Secretaria da Justiça do Estado. Eu sei que o RS Seguro, ele fez um mapeamento  
590 na Região Metropolitana dos territórios onde mais precisa investimento pelo diagnóstico do  
591 tema da violência. E, por fim, uma outra sugestão, que uma vez que tiver esses dados um  
592 pouquinho mais compilados, se a gente pudesse, o Carlos, talvez, na reunião das redes montar  
593 uma comissãozinha de cada região e a gente pegar um mapa dos territórios e colocar todos os  
594 serviços da rede na região, de uma forma visível também. Quando a gente, daí a gente pode  
595 pôr embaixo os dados compilados com um mapa com todos os serviços que a gente tem  
596 mapeado, da saúde, educação e assistência social dessas três áreas e cultura e lazer, talvez,  
597 para visualizar isso também de uma forma de tomada de consciência de cada rede, um pouco  
598 do tamanho confrontando com os dados. Daí a gente vai ter uma também uma, na celebração  
599 nossa dos 35 anos do Estatuto, uma visualização do que nós construímos ao longo dos anos e  
600 o quanto falta ainda de avançar para uma universalização do acesso aos direitos. **Ângela**  
601 **Bozzetto, Pequena Casa da Criança:** Desconhecido: Frei, no, no site, na plataforma do  
602 ObservaPOA, eles tentaram fazer isso. Eu não acho que está completo, mas eles fizeram tipo  
603 um mapa interativo que tu tens dentro de um bairro todos os tipos de serviços que tem, por  
604 exemplo, aqui relacionados à assistência social, tu tem serviço de convivência, tu tem  
605 habilitação e reabilitação, acolhimento institucional, isso tem no ObservaPOA. O que a gente

606 poderia fazer daqui a pouco é trabalhar em cima disso para ver se está atualizado, e daqui a  
607 pouco relacionar num único mapa, por exemplo, assistência, educação e saúde, por exemplo,  
608 botar com cores diferentes, não sei, isso é uma coisa que, mas aí não começa do zero, porque  
609 no ObservaPOA tem isso. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**  
610 **Assis – CPCA:** Não, eu também acho que tudo o que já tem, a gente tem que aproveitar, mas  
611 para fazer também deste momento um momento, porque em geral, cada instituição, as equipes  
612 acabam não olhando a totalidade, como um momento de apropriação das redes desse trabalho  
613 importante que o CMDCA está fazendo através de vocês dessa equipe que está trabalhando, e  
614 também se apropriar, às vezes, num território pelo tamanho, a rede não conhece todas as vezes  
615 para indicar um usuário aonde ele vai ser melhor atendido, de acordo com o mapa local, tudo  
616 isso melhora no serviço. Eu sei que tem regiões que é bem complexo, até também pelos limites  
617 das facções do tráfico. Também depois, eu acho que é importante a gente fazer uma análise  
618 sociológica descritiva colocando alguns desafios que a gente tem nas redes, no trabalho. Por  
619 exemplo, esse dado do, da violência do tráfico que hoje tem nas facções. Isso na pesquisa,  
620 poderia, em algum capítulo, estar sendo analisado como um desafio. Quando a gente pensa a  
621 política tem que levar em conta tudo, para ter um diagnóstico assim mais qualitativo também  
622 da análise da informação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
623 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Então, tá. Queria só  
624 colocar um outro, mudando de assunto. Queria pedir, Íris, para ti fazer uma solicitação por  
625 ofício, e talvez até para um processo SEI, uma reunião com o novo secretário da SMDS. Eu  
626 sei que a gente tinha combinado de que a Rochele ia agendar, mas acho que também é  
627 interessante a gente mandar por aqui também uma solicitação de reunião para a gente poder  
628 estar vendo alguns pontos em que a gente não conseguiu avançar com a gestão passada e aí a  
629 gente poder retomar algumas questões. E aí começa tudo de novo, estrutura, etc., etc., etc.,  
630 né? Então, são algumas questões também que a gente vai ter que retomar. Ok. Mais algum  
631 assunto antes da gente passar para as comissões? Então, as comissões. Quem é a primeira, por  
632 favor? **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e**  
633 **do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** Oi, Carol. Como está lenta aqui a internet, eu  
634 tinha uma pergunta ali para fazer em relação ao censo, o ObservaPOA, ele fala do ano 22, tá?  
635 2022. Esse censo é atualizado tipo IBGE de 10 em 10 anos ou como é que é isso? **Ângela**  
636 **Bozzetto, Pequena Casa da Criança:** Ele está se referindo ao censo nacional, porque é isso,  
637 o censo era para ter sido feito em 90, 2000, 2010 e depois 2020, mas daí com a trajetória

638 nacional atrasou e foi feito em 2022, mas é o censo nacional. O que acontece aqui, daí o IBGE  
639 capta os dados e lança os dados, e daí instituições de pesquisa de todo o País usam os dados  
640 do censo para as suas análises e pesquisas. Mas é o censo nacional, os dados do censo nacional  
641 que era para ser em 2020, foi em 2022. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao**  
642 **Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** Não, é que se  
643 tu olhar para o território, está defasado o número de moradores, por isso que eu estou  
644 perguntando. A gente tem os números de moradores justamente pelo SUS, que é um dos mais  
645 fidedignos hoje. E aí a gente vê que o ObservaPOA está totalmente defasado o número de  
646 moradores que tem nas nos territórios ali, e onde eles apontam as regiões. Só isso que eu  
647 fiquei em dúvida. Era para ser, era para ser o dado atualizado, porque eu estou com a tabela,  
648 Partenon 43.000 pessoas, não tem ideia qual é o número do SUS. **Ângela Bozzetto, Pequena**  
649 **Casa da Criança:** Tem alguns dados também que eu já não sei dizer. **Carolina Aguirre da**  
650 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
651 **Presidente do CMDCA:** Ok. Comissões? Quem poderia ser primeiro? Registro, tem alguma  
652 coisa?

653 - **COMISSÃO DE REGISTROS:**

654 **Francyne Rosa, CEA:** Não, Carol, hoje de manhã a gente ficou só na análise dos processos.  
655 A gente está pendente ali, uma OSC apenas de visita para conseguir aprovar então ali o  
656 registro. Então, não temos nenhum para passar na plenária hoje. **Carolina Aguirre da Silva,**  
657 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**  
658 **do CMDCA:** Ok. Políticas.

659 - **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

660 **Débora Nunes, Fundação O Pão dos Pobres:** Então, hoje nós trabalhamos no processo, vou  
661 citar o número, 23.0.000115406-0, OSC SANTA CASA DE PORTO ALEGRE,  
662 apontamentos realizados foram ajustados e encaminhados para a equipe de Orçamento e  
663 Finanças. Próximo processo, 24.0.000149295-7, reunião com a OSC EDUCANDÁRIO,  
664 referente à adequação do projeto de captação de recursos. É importante salientar que a gente  
665 ficou mais ou menos aí umas três horas dando orientação com a OSC. Processo  
666 21.0.000060433-7, instituição **FREI PACÍFICO**, projeto aprovado e ajustado conforme  
667 instruções do Conselho. Estamos aguardando então a resolução do CMDCA. **Carolina**  
668 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
669 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Como? Essa última eu não entendi. Aguardando

670 resolução? **Débora Nunes, Fundação O Pão dos Pobres:** Isso. Ficou algo pendente, acho  
671 que a Rose vai conseguir contextualizar melhor, que acompanhou junto com a Rosana, porque  
672 ela está em férias e eu não consegui consultar ela. Rose. **Rose Ceroni Canabarro, Associação**  
673 **de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:**  
674 Sim. O Frei Pacífico ficou de reordenar ali o projeto, adequar o projeto, era meio-dia, eu vi  
675 que eles encaminharam um documento, mas como a gente ainda estava em reunião com a  
676 OSC, o Educandário, a gente não conseguiu entrar ali para ver qual foi o documento que foi  
677 enviado. A tratativa era de eles nos reenviarem o projeto novamente com as adequações, com  
678 a linguagem, conforme as reuniões que a gente vinha tendo com a OSC. Eu vi que chegou um  
679 documento e eu vou analisar depois, até isso a gente gostaria de conversar, né, Carol, uma  
680 reunião semanal, às vezes, a gente fica com uma OSC só, e a gente não pode analisar projeto  
681 sozinho, tem que ser com três conselheiros, a gente tem que rever também como que se faz  
682 essa fora desta plenária, fora dessa reunião da quarta-feira, autorização, não sei como que isso  
683 se daria. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**  
684 **– Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Então, sobre o Frei Pacífico, tem que  
685 aguardar a documentação que eles enviarem, analisar e depois emitir o parecer. Tá. Mais  
686 algum outro, Débora? **Débora Nunes, Fundação O Pão dos Pobres:** Apenas esses. **Carolina**  
687 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
688 **(Topogigio):** Tá ok. Finanças. Teve algum da finanças hoje?

689 - **COMISSÃO DE FINANÇAS:**

690 **Júlia Manhago, Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI:** Teve, tem dois para  
691 passar e eu tenho aqui, o parecer do **INSTITUTO DA CRIANÇA COM DIABETES DO**  
692 **RIO GRANDE DO SUL.** É o processo 24.0.00013256-0. O projeto Assistência Integral ao  
693 paciente com diabetes. No relatório, a OSC encaminha projeto novo para captação com o  
694 objetivo de garantir um tratamento eficaz nos âmbitos psicológico, social e físico, oferecendo  
695 cuidado integral ao paciente com diabetes e a sua família. Período de execução, 24 meses, de  
696 janeiro de 2025 a dezembro de 2027. Público atendido direto, 1072 crianças e adolescentes.  
697 Beneficiários indiretos, 4282 famílias e cuidadores. O parecer de Comissão de Políticas foi  
698 favorável, conforme documento 631673645. Também teve um parecer da ASSETEC,  
699 documento 31126785 com apontamentos encaminhados à Comissão de Políticas. A OSC  
700 reapresentou o projeto e não foi passado pela ASSETEC novamente. Eles fizeram os ajustes lá  
701 que a de políticas e a ASSETEC tinham observado. E a Comissão de Finanças analisou

702 despesas. Consumo 1.533.745,52; pessoal, 713.962,56; terceiros, 664.990,80 e permanente,  
703 87.301,12. O total do projeto é 3 milhões, com retenção de 5% e o total para captação,  
704 3.150.000,00. Encaminhamento da comissão. Comissão de Finanças é de parecer favorável à  
705 emissão da carta de captação para o projeto Assistência Integral ao Paciente com Diabetes, no  
706 valor de 3.150.000,00, com retenção de 5%. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
707 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Alguma dúvida, pessoal?  
708 Podemos colocar em votação? Então em votação, quem é favorável, por favor, levantar a mão.  
709 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Tem outro? **Ivana Frois, Comunidade Evangélica**  
710 **de Porto Alegre – CEPA:** É o processo 22.0.0000079203-2. Não dá para abrir. Só dá acesso  
711 negado. Mas vou tentar explicar aqui. É o projeto da **REDE CALÁBRIA** para formar  
712 adolescentes para cursos. A associação teve um parecer autorizado de 10% para 5%, tiveram  
713 que alterar o projeto e também as classificações financeiras. E teve também alterações de  
714 consumo, que passou de 633 mil para 710 mil. Pessoal passou de 1.700.000 para 1.600.000.  
715 Terceiros continuou os mesmos 390 mil. Permanentes passou de 739 para 762. O total correto  
716 do projeto é 3.538.130,79. Aí, então, correto vai ser de 186.237,41. Total, 3.724.348,28.  
717 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
718 **Caimc (Topogigio):** Vou tentar abrir aqui pelo meu. **Júlia Manhago, Amigos do Hospital**  
719 **Materno Infantil – AHMI:** A OSC encaminhou ajuste no projeto aprovado anteriormente  
720 pela Resolução 098 de 2022 e após a Resolução 130 de 2024 com a correção do percentual de  
721 10% para 5%. A justificativa da solicitação do ajuste no projeto é em função da correção do  
722 orçamento físico-financeiro apresentado anteriormente e devido à majoração do valor do real  
723 de materiais permanentes, foram reduzidos os valores nos itens de consumo e a quantidade de  
724 materiais permanentes para não comprometer o valor total do projeto. Houve atualização das  
725 despesas, mas sem comprometer o projeto. Nosso parecer de finanças foi favorável. **Carolina**  
726 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
727 **(Topogigio):** Então, aqui houve uma alteração também na retenção, que era 10% e foi para  
728 5%, né? **Júlia Manhago, Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI:** Isso. E também a  
729 alteração do orçamento físico-financeiro que tinha algumas divergências e eles arrumaram.  
730 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
731 **Caimc (Topogigio):** OK. A comissão é favorável então a esta alteração do projeto da  
732 Instituição Obras Sociais da Divina Providência. Alguma questão, pessoal? Não? Então, em  
733 votação, quem é favorável, levantar a mão, por favor. **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

734 Algum outro? **Júlia Manhago, Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI:** Não, eram  
735 só esses. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
736 **Cruz – Caimc (Topogigio):** Então, não tem mais nenhum processo para ser apresentado hoje?  
737 Então, vamos terminar a nossa plenária. Mais alguma coisa, povo? Então, tá, gente. Muito  
738 obrigada; Lembro que a nossa próxima plenária é no dia 05/02, é daqui a 15 dias, tá? Online  
739 ainda. E se as comissões quiserem e puderem trabalhar nas quartas-feiras de manhã, é  
740 importante para que não precise acumular serviço, tá? Porque a gente está só na plenária que é  
741 online e de 15 em 15 dias. As comissões podem continuar semanalmente, tá? Então, tá. Beijo,  
742 gente. Tchau, tchau.

743 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos**  
744 **Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia**  
745 **Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**